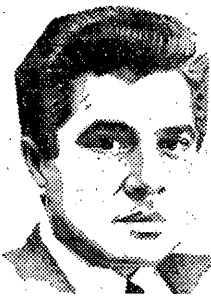


A saída é antecipar o fim

Ricardo Noblat

No início do ano, o objetivo do governo do presidente José Sarney era o de chegar, politicamente, forte às vésperas da eleição de novembro próximo para influir na escolha do seu sucessor. Nos primeiros dias de maio último, o objetivo passou a ser o de chegar lá, pelo menos, em uma situação tal que o presidente não viesse a se sentir obrigado, como se sentiu o general João Figueiredo, a deixar o palácio pela porta dos fundos.



Um poderoso ministro de Estado, em telefonema, na semana passada, para um amigo, revelou o que deveria vir a ser o objetivo, a partir de agora, do governo que integra: chegar ao fim do seu mandato de qualquer jeito. Qualquer que seja a situação, conseguir chegar ao fim. Dar-se por satisfeito se puder ceder o lugar ao governo que o sucederá na data marcada pela Constituição em vigor. Ou um pouco antes dela, se for o caso.

Poderá vir a ser o caso. Em condições normais de temperatura e pressão, seria o ideal que o próximo presidente só viesse a tomar posse em 15 de março de 1990, como determina a Constituição. O primeiro turno da eleição será realizado em 15 de novembro. Se nenhum dos candidatos obtiver, ali, metade mais um dos votos válidos, haverá um segundo turno a ser disputado pelos dois nomes mais votados.

O calendário eleitoral confeccionado pela Justiça prevê a proclamação do candidato eleito no segundo turno ali pelos últimos dias de dezembro. O futuro presidente haverá de ter um prazo para organizar sua equipe de governo e para reunir informações mais precisas sobre a situação que irá herdar. O prazo de três meses é razoável — seria razoável, se razoável fosse ou estivesse o estado do governo prestes a ser substituído.

O presidente Raul Alfonsín se rendeu à evidência de que deveria antecipar o fim do governo dele para apressar a posse do seu sucessor. Foi o fracasso da administração dele, que resultou na hiperinflação que atingiu a Argentina, que o obrigou a agir assim. Com

hiperinflação ou sem ela, a administração do presidente Sarney já adquiriu a irremovível marca do fracasso que poderá obrigá-la a antecipar seu desfecho.

A reindexação total da economia, promovida na última semana, foi a admissão oficial do que já se sabia: deu errado o mais recente choque aplicado pelo governo na economia para controlar a inflação. O próprio ministro da Fazenda o confessou em um programa de televisão. Houve quem imaginasse, ao vê-lo confirmar que o Plano Verão terminara, que aproveitaria a ocasião para anunciar que pedira ou que iria pedir demissão.

Mas não. O ministro viajou na sexta-feira para discutir a dívida externa do país em uma reunião em Caracas. Como se os credores da dívida, e os organismos internacionais de financiamento, ainda se mostrassem dispostos a conceder qualquer crédito de confiança ao governo a que serve o ministro. O episódio do presidente do Banco Central, empenhado em salvar uma distribuidora de títulos do filho e dele mesmo, também provou o que se sabia.

Sabia-se que a deterioração moral da administração pública estava chegando ao seu ponto mais baixo. Chegou. Ou parece ter chegado. Nunca se sabe — afinal, ainda restam, oficialmente, quase 9 meses de vida ao atual governo. O caso da autoridade monetária que tem interesses particulares no mercado financeiro, provocaria a queda do governo em qualquer país civilizado onde o regime fosse parlamentarista.

Entre nós, se muito, produzirá o pedido de demissão da autoridade envolvida no caso. E a responsabilidade de quem a nomeou e a manteve até aqui? Adotar o parlamentarismo, em meio ao processo desatado de sucessão presidencial, no mínimo é um casuísmo reprovável — quando nada um golpe. Contra os eleitores que irão às urnas em novembro. Resignar-se a ver o governo se arrastar até março, no mínimo é uma insensatez.

Sarney e o Congresso podem se entender em torno de uma emenda à Constituição que antecipe a posse do próximo presidente para 15 de janeiro. Resta torcer para que o governo consiga chegar até lá.

Distante — O ministro Antônio Carlos Magalhães garantiu ao jornalista Roberto Marinho que não irá aderir à candidatura de Collor de Melo à presidência da República.